



A FORMAÇÃO DO PROFESSOR INDÍGENA

Vanessa Nunes Ramos*

Alceu Zóia**

RESUMO

O artigo aborda a temática Formação do Professor Indígena e teve como objetivo destacar os desafios e avanços no processo de formação docente no Estado de Mato Grosso. A pesquisa teve uma análise qualitativa, baseada na pesquisa bibliográfica. Concluiu-se que o professor indígena tem como função principal contribuir para a formação integral de sua comunidade, atuando para além da sala de aula, ele contribui com o desenvolvimento econômico, político, social e cultural da comunidade.

Palavras-chave: Educação. Formação do professor Indígena. Cultura.

1 INTRODUÇÃO

Os índios brasileiros, diferente do que muitos pensam e daquilo que os livros didáticos sempre nos ensinaram, não formam um só povo, por isso é importante conhecer um pouco sobre quem são nossos índios, quais são suas culturas, como funciona a sua educação e assim adentrarmos no tema principal dessa pesquisa, a Formação do Professor Indígena.

Nas concepções de Grupione (2006, p. 50):

A formação de índios como professores das escolas localizadas em terras indígenas é, hoje, um dos principais desafios e prioridades para a consolidação de uma Educação Escolar Indígena pautada pelos princípios da diferença, da especificidade, do bilingüismo e da interculturalidade.

* Acadêmica do 7º Semestre do Curso de Pedagogia, Faculdade de Educação e Linguagem da UNEMAT - Campus Universitário de Sinop.

** Doutor em Educação pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professor concursado em Filosofia, do Campus Universitário de Sinop.

A formação de professores indígenas se torna mais importante a partir do momento que entendermos que este profissional participa do processo de constituição das escolas indígenas, da formação das crianças, bem como, a sua presença e seus ensinamentos são fundamentais na vida de toda a comunidade, tornando-se um elemento de suma importância no sistema educativo, tendo o papel de, além de cumprir com seus deveres, ser um diferencial diante de uma nova educação que exige mudanças, não perdendo, é claro, o caráter profissional e mantendo uma boa relação para com as pessoas a sua volta.

O tema escolhido é assunto novo e que vem despertando o interesse de pesquisadores em compreender o papel do professor indígena, com pouco estudo e com pouca formação docente, porém, com muito conhecimento da sua realidade e que interfere diretamente na formação de um indivíduo que, preconceituosamente, ainda é visto por muitas pessoas da nossa sociedade, como um ser sem responsabilidade social ou cidadã.

Os Referenciais para a Formação de Professores Indígena (2002, p. 23-24) nos mostram que o perfil de professores necessita de:

Reconhecer-se e ser reconhecido como pertencente à comunidade/povo indígena em que funciona a escola; Ser apoiado e indicado pela comunidade por meio de suas formas de representação política; Estar sensível às expectativas e às demandas da comunidade relativas à educação escolar de seus membros; Saber dialogar com as lideranças de sua comunidade, com pais e alunos; [...]. Desenvolver e aprimorar os processos educacionais e culturais dos quais é um dos responsáveis, agindo como mediador e articulador das informações entre seu povo, a escola e a sociedade envolvente; Relacionar a proposta pedagógica da escola à proposta política mais ampla de sua comunidade relativa ao seu presente e futuro; Praticar no seu cotidiano a coerência entre a expressão verbal e a prática.

Portanto, nota-se que ser um professor indígena não é simplesmente uma decisão pessoal do indivíduo. Acima de tudo está a decisão da comunidade que dará o aval para que esse representante possa ser o professor da aldeia. Esse perfil desejado é a representação professor indígena como um referencial, alguém que seja capaz de ter sua formação e atuação fundadas nos princípios e objetivos da educação intercultural e que alcance as metas desejadas por toda a comunidade. Mas, além disso, o sistema de ensino precisa respeitar e ser eficiente para responder as necessidades da comunidade, dando um olhar específico diante do planejamento de cursos e, partindo dessas ideais e expectativas expressadas, sistematizarem numa proposta curricular que esteja de acordo com os interesses da comunidade.

2 A CULTURA E A EDUCAÇÃO INDÍGENA

Não é de hoje que há preocupações sistemáticas em estudar a(s) cultura(s) indígena(s), esses estudos tornaram-se intensos na medida em que se aceleravam os contatos, nem sempre pacíficos, entre os diversos povos indígenas, foi surgindo a necessidade de contribuir para seu povo, além disso, a cultura é eixo central da vida dos povos indígenas. Contudo, tantas preocupações não se definiram claramente, pois, por cultura se entende muita coisa, ela está muito associada a estudo, educação, formação escolar, manifestações artísticas, meio de comunicação etc. Cultura é humanização; e, humanização aqui tanto se refere ao processo que nos faz homens quanto ao processo de transformação do mundo.

A cultura diz respeito ao conhecimento e a valorização das características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no mesmo território nacional. Propondo uma concepção da sociedade brasileira que busca através da diversidade explicar a pluralidade étnica e cultural que o compõe.

Sendo assim, o sistema cultural está sempre se transformando e para entendermos estas mudanças de gerações e evitar comportamentos preconceituosos é fundamental que a humanidade compreenda e aprenda a respeitar os elementos culturais que cada povo cultua e valoriza como sendo parte de sua constituição enquanto povo.

Sabemos que todos os povos têm uma educação, pela qual transmitem a cultura, seja de maneira informal ou por meio de instituições. De qualquer forma não é sempre que o homem reflete especificamente sobre o ato de educar. Além disso, o conjunto das experiências pessoais não pode ser desligado de um contexto maior referente à cultura produzida pelo grupo onde cada um estabelece relações.

Entretanto, a educação deve preparar o homem como um ser capaz de agir sobre o mundo e ao mesmo tempo compreender a ação exercida. A escola funciona não como uma transmissora de um saber acabado, não podendo haver separação entre a teoria e prática, como também não se pode separar cultura e educação.

A escola foi 'plantada' nas aldeias como instrumento de integração e de rendição dos povos indígenas à cultura hegemônica. Mas nos últimos anos muitos povos indígenas imprimiram sobre a escola a sua marca, modificando-a em seu significado e finalidade. A escola passou a ser vislumbrada como espaço de luta capaz de contribuir para a garantia dos direitos indígenas e como locais privilegiados para a preservação e revitalização cultural das comunidades.

A educação indígena no Brasil também vem crescendo, Januário (2002, p. 38) num artigo da **Revista Brasil Indígena**, afirma que:

Ela é como uma planta que vai crescendo, enraizando-se, tomando corpo, florescendo e frutificando. Assim tem sido a educação escolar indígena em Mato

Grosso. Começou frágil, tímida e com o tempo foi crescendo tornando-se uma necessidade, um instrumento de luta dos povos indígenas.

Percebemos que muitas mudanças de pensamentos entre educadores, o Estado brasileiro e as sociedades indígenas tem produzido amplos efeitos na educação escolar, abrindo assim possibilidades de se pensar em uma nova escola indígena, longe das doutrinas positivistas, civilizatórias e evangelizadoras que até então marcaram a história da relação entre a sociedade brasileira e o tipo de educação que foi ofertada às populações indígenas.

Entretanto, a educação deve preparar o homem como um ser capaz de agir sobre o mundo e ao mesmo tempo compreender a ação exercida. A escola funciona como não transmissora de um saber acabado, não podendo haver separação entre a teoria e prática como também não se pode separar cultura e educação.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs (1997, p. 41), constam que os alunos deverão ser capazes de:

Identificar o próprio grupo de convívio e as relações que estabelecem com outros tempos e espaços;
Organizar alguns repertórios histórico-culturais que lhes permitam localizar acontecimentos numa multiplicidade de tempo, de modo, a formular explicações para algumas questões do presente e do passado;
Conhecer e respeitar o modo de vida de diferentes grupos sociais, em diversos tempos e espaços, em suas manifestações culturais, econômicas, políticas e sociais, reconhecendo semelhanças e diferenças entre eles.

Portanto, a educação deve incentivar a relação entre o ensino e a pesquisa. Para isso, deve primeiramente romper com a prática escolar produtivista, elitista e reprodutora de conhecimentos presente na educação brasileira de um modo geral. Deve-se trabalhar num processo educacional voltado para a realidade sociocultural de cada povo, sendo assim, a aprendizagem estará intimamente relacionada com a produção de conhecimentos que terão significados para a comunidade da qual esses estudantes fazem parte. Nas escolas indígenas, esse trabalho com a pesquisa com os anciões é ainda mais relevante, trazendo conhecimentos tradicionais para serem trabalhados dentro da sala de aula.

3 O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO PROFESSOR INDÍGENA NO ESTADO DE MATO GROSSO

O Estado de Mato Grosso tem sido pioneiro em diversas experiências de formação de professores indígenas, tanto na formação de Ensino Médio, quanto na formação em nível Superior.

No estado de Mato Grosso a Secretaria Estadual de Educação e Cultura - SEDUC, a Universidade Estadual de Mato Grosso - UNEMAT, Campus Universitário de Barra do

Bugres e a Fundação Nacional do Índio - FUNAI, trabalharam em parceria para implantar um projeto de formação de 3º Grau para professores indígenas.

Os cursistas que participantes do Projeto foram indicados por suas comunidades e, os critérios observados para a indicação foram: dedicação e interesse em apreender e ensinar; bom relacionamento com sua comunidade, seus alunos e os outros cursistas, interesse em aprender sobre a sua cultura e já ter frequentado uma escola, ainda que por pouco tempo.

Sendo assim, a questão da educação escolar e da formação dos professores indígenas deve ser vista como parte de uma totalidade maior, que são as culturas indígenas. Não é possível tratar de maneira isolada a educação de um povo indígena, ela é parte da cultura, tem base nas tradições, nas línguas e tudo isso precisa ser compreendido em conjunto.

Segundo Secchi (2009, p. 66-67), no estado de Mato Grosso o processo de Formação de Professores indígenas iniciou-se em 1996 com um programa específico de formação de professores de nível médio. Tendo como etapa inicial o objetivo era a formação e titulação de professores para as aldeias em curso de magistério.

Os projetos que integram esse programa são, segundo Secchi (2009):

O Projeto Tucum: coordenado pela Secretaria do Estado de Educação e pela Coordenadoria de Assuntos indígenas (Casa Civil) e apoiado pelas prefeituras municipais, universidades públicas do estado, PNUD / Prodeagro, FUNAI e ONGs. Esse projeto tinha como finalidade habilitar os professores índios para o exercício da docência possibilitando o acesso e o desenvolvimento escolar através do diálogo intercultural valorizando suas culturas e produzindo conhecimentos através da interação entre a escola e a comunidade. povos Xavante, Pareci, Irantxe, Bakairi, Bororo, Rikbatsa, Kayabi, Munduruku, Apiká, Nambikwara e Umutina.

O Projeto Pedra Brilhante-Urucum, coordenado pela Secretaria do Estado de Educação e pelo Instituto Socioambiental, desenvolvido em parceria com as diversas instituições de ensino e pesquisa do país. Esse projeto visava o atendimento de 48 professores indígenas pertencentes a 15 povos do Xingu, sendo eles: Aweti, Ikpeng, Kalapalo, Kamayurá, Kayabi, Kuikuro, Matipu, Mehinako, Nahukwá, Panará, Suyá, Trumai, Waurá, Yawalapiti e Yudjá.

O Projeto de Formação de Professores Mebengôkre, Panará e Tapayuna é coordenado pela FUNAI e desenvolvido em parceria com as prefeituras municipais, Secretaria de Estado de Educação, MEC e Instituto Socioambiental. Objetivou a formação de 36 professores, 19 atuando no estado de Mato Grosso e 17 no estado do Pará.

O Projeto Hayô: concluído em 2010, formou 280 professores de 31 etnias do Estado de Mato Grosso e se desenvolve em três pólos: Diamantino, Canarana e Xingú, buscando atingir três grandes regiões do Estado de Mato Grosso. A capacitação aconteceu em dois níveis de aprendizado, o primeiro presencial, realizado no período de férias escolares e em seguida, ocorreu o intermediário ou não presencial, com acompanhamento nas aldeias.

O Projeto de Formação de Professores Indígenas em Nível Superior teve início em 2001, com a implantação de cursos de licenciaturas dirigidos a docentes que atuam em escolas de ensino fundamental e médio.

Neste último projeto aqui citado, o professor terá o aprofundamento de outros conhecimentos de caráter geral e específico, tais como habilidades e atitudes próprias do exercício docente, com formação em nível de terceiro Grau.

O professor ao concluir o curso de nível superior, ele estará apto em lecionar em todas as séries ou ciclos do ensino fundamental e médio, na área em que realizou a sua formação específica.

O objetivo central do curso é formar e habilitar professores indígenas para o Magistério, em nível médio, de forma que estejam preparados para construir o Projeto Político Pedagógico das escolas de suas aldeias e estejam aptos para o exercício da carreira, devendo ter sua formação reconhecida em todo território nacional, assim como seus sistemas próprios de ensino e de educação.

A valorização da cultura dos povos envolvidos e a formação enquanto professor-pesquisador da sua própria cultura, também são objetivos deste projeto que, além disso, pretendem também oferecer subsídios aos professores indígenas para que seja garantida a presença da língua indígena ao longo de todo processo educacional, como disciplina em si e como instrumento de ensino em todas as outras disciplinas do currículo escolar, pretende também estimular o intercâmbio entre professores indígenas de outras etnias e possibilitar o acesso a conhecimentos que contribuam para ampliar a compreensão crítica da realidade e a capacidade de atuação sobre esta, dar assessoria aos professores na elaboração de materiais didáticos, literários e de pesquisa específicos para suas escolas.

Deste modo sentiram a necessidade de abrirem vagas para cursos específicos, então a Faculdade Intercultural Indígena e os demais órgãos continuaram a trabalhar em parceria, diante dados pesquisados no site da UNEMAT. No ano de 1995 A criação do CEI/MT (Conselho Escolar Indígena de Mato Grosso) fortaleceu em Mato Grosso o movimento dos professores indígenas que passaram a reivindicar uma formação continuada por meio de cursos específicos e diferenciada.

Contudo, oficialmente em 2001 teve o início do Projeto de Formação do Professor indígena, ganhando números significativos de alunos para o início da 1ª turma do curso de licenciaturas.

Portanto diante a pesquisa realizada no portal da UNEMAT, o histórico da página da Faculdade Intercultural Indígena, contém argumentos sobre os cursos, conforme observamos:

A Faculdade tem por objetivo a execução dos Cursos de Licenciaturas Plenas e de Bacharelado, com vistas à formação em serviço e continuada de professores e profissionais indígenas; abertura de vagas nos cursos regulares de Pós-Graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu*; cursos de formação continuada, acompanhamento de acadêmicos indígenas nos cursos de graduação e administração do Museu Indígena a ser implantado.

O número de professores indígenas formados ainda é insuficiente para atender a demanda das comunidades indígenas do estado de Mato Grosso e também do Brasil, compete aos estados fazerem a sua parte para garantir a continuidade da formação em cursos regulares para o atendimento das comunidades. A educação parte de uma construção curricular e para a educação escolar indígena não é diferente. Na escola indígena o professor:

É reconhecido e se reconhece como membro de uma das sociedades indígenas do país, distinta, por um lado, da sociedade mais ampla, brasileira, e, por outro, também de outras sociedades indígenas do Brasil e do resto do mundo. E a ele estão conferidos direitos e deveres definidos nos últimos anos em textos diversos de caráter normativo e referencial (Diretrizes MEC, 1993; LDBEN, 1996; RCNEI, 1998; Resolução CNE nº 3/99; Parecer CNE nº 14/99).

Precisamente os professores indígenas antes de tudo necessita ser o espelho de sua comunidade, professor-pesquisador da sua própria cultura, ou seja, faz-se necessário que os professores também sejam indígenas para que seja garantida a presença da cultura indígena ao longo de todo processo educacional, como por exemplo a língua indígena, poderia ser constituída como disciplina em si e como instrumento de ensino em todas as outras disciplinas do currículo escolar. Podendo ainda estimular o intercâmbio entre professores indígenas de outras etnias possibilitando o acesso a conhecimentos que contribuam para ampliar a compreensão crítica da realidade e a capacidade de atuação sobre esta.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estado de Mato Grosso tem sido pioneiro em muitas discussões e projetos que visam à formação de professores indígenas. Diversas etnias já foram atendidas com a formação de seus professores no nível médio e também no nível superior. No entanto, estamos cientes da

quantidade de povos indígenas presentes em nosso estado e que a demanda pela formação é constante e urgente. Estes projetos de formação aqui elencados ajudaram na qualificação de muitos professores das aldeias, porém ainda são insuficientes para atender a demanda existente. Faz-se necessário um esforço muito maior para atender a todas as comunidades, pois sabemos que muitas delas ainda carecem de formação de professores para o atendimento desde a educação básica e projetos isolados servem apenas como paliativa nunca como solução para o problema apresentado.

THE INDIGENOUS TEACHER TRAINING

ABSTRACT¹

The article approaches the Indigenous Teacher Training theme and aimed to highlight the challenges and progress in the teacher training process in the State of Mato Grosso. The study was a qualitative analysis based on literature search. It was concluded that the indigenous teacher has as main function to contribute to the integral formation of their community, acting beyond the classroom, he contributes with the economic, political, social and cultural development of the community.

Keywords: Education. Indigenous teacher Training. Culture.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Fundamental**. Referenciais para a formação de professores indígenas. Brasília : MEC; 2002.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. Ministério da Educação. **Referenciais para formação de professores indígenas**. Brasília: MEC, 2002.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena**. Brasília: MEC-SEF e Comitê Nacional de Educação Escolar Indígena, 1993.

¹ Tradução realizada por Kênya Karoline Ribeiro Sodré (CRLE – Revista **Eventos Pedagógicos**).

JANUÁRIO, Elias. Ensino superior para índios: um novo paradigma na educação. **Cadernos de Educação Escolar Indígena: 3º Grau Indígena**, Barra do Bugres: UNEMAT, v. 1, n. 1, 2002.

SECCHI, Darci. **Professores Indígenas em Mato Grosso: Cenários e Perspectivas**. Cuiabá: EdUFMT. 2009, v. 4.

SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. Brasília: MEC, 1995.

UNEMAT. **Histórico**. Diretoria de Gestão de Educação Indígena: <<http://indigena.unemat.br/>>. Acesso em :01 dez 2013.